



---

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO**  
**Coordenação de Comunicação Social**

---

# **CLIPPING**

**19, 20 e 21 de**  
**JANEIRO 2019**



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

<b>VEÍCULO</b>			
( ) O Estado do MA ( ) O Imparcial (X) Pequeno ( ) O progresso			
( ) Atos e Fatos ( ) Debate ( ) Extra ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias			
( ) O 4º poder ( ) Internet / Blog			
<b>EDITORIA</b>			
( ) Política ( ) Cidades / Vida		Outros	
( ) Geral ( ) Polícia		ESTADO	
DATA	19/01/2019	PÁG.	6
( ) Gerada ( ) Espontânea		( ) Positiva ( ) Negativa	

## Ministério Público denuncia 30 pessoas por fraudes em licitações

A 1ª Promotoria de Justiça de Itaipucuru-Mirim agressou, na última sexta-feira (11), com seis denúncias contra envolvidos em fraudes em licitações realizadas pelo Município no período de 2013 a 2016. As Denúncias são divididas entre os núcleos político, administrativo, jurídico e empresarial.

No núcleo político, foram denunciadas o ex-prefeito Magno Rogério Siqueira Amorim; ex-secretário municipal de Cultura, José Luís Maranhão Chaves Júnior; Flávia Cristina Carvalho Deserra Costa, ex-secretária municipal de Saúde; Wilma Lucina Correa Cabral Amorim, secretária de Assistência Social de Itaipucuru-Mirim na época dos fatos; Wilson Aires, ex-secretário de Infraestrutura; Lisângela Maria Marinho Pereira, então secretária municipal de Educação; e Miriam de Jesus Siqueira Amorim, ex-secretária municipal e Finanças.

As investigações do Ministério Público mostraram a existência de uma organização criminosa, chefiada por Magno Amorim, com o objetivo de fraudar processos licitatórios desviar recursos públicos. Os contratos totalizaram quase R\$ 27 milhões.

O ex-prefeito nomeou secretários e membros da Comissão Permanente de Licitação (CPL), indicados por Fabiano de Carvalho Bezerra, empresário também denunciado, além de arrendar contratos e ter sido beneficiário de recursos desviados. Já os ex-secretários em autorização legal, assinando contratos e após dos processos fraudulentos e inserindo documentos nesses processos como se fossem verdadeiros.

Todos os integrantes do núcleo político foram denunciados por crime de responsabilidade pena de reclusão, de dois a 12 anos, perda de cargo e a inabilitação, pelo prazo de cinco anos, para o exercício de cargo ou função pública e pelo crime previsto no artigo 90 da Lei de Licitações ("Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação"), cuja pena prevista é de detenção, de dois a quatro anos, além de multa.

Todos também foram denunciados por promover, constituir, financiar ou integrar, pessoalmente ou por interposta pessoa, organização criminosa, crime previsto na lei nº 12.850/13, que estabelece pena de reclusão, de três a oito anos e multa, além de dois crimes ter sido praticados em concurso de pessoas art. 29 do Código Penal) e concurso material art. 63 da mesma lei).

Magno Amorim e José Luís Chaves Júnior também foram denunciados por corrupção passiva, cuja pena prevista é de reclusão de dois a 12 anos, mais multa.

Já demais envolvidos responderem, ainda, por falsidade ideológica, com pena que pode chegar a cinco anos de reclusão, além de multa.

**JURÍDICO**

A segunda Denúncia alcança o ex-procurador do Município de Itaipucuru-Mirim, Euclides Aguiar de Sousa Cabral, e o assessor jurídico da CPL à época dos fatos, Paulo Humberto Teixeira Castelo Branco.

O promotor de justiça Igor Adriano Trinta Marques explica que os denunciados, apesar do conhecimento e formação jurídica, permitiram



O ex-prefeito Magno Rogério Siqueira foi denunciado por fraudes em licitações

as fraudes nos processos licitatórios "com os pareceres jurídicos pela aprovação das minutas de edital e contrato e na fase final de homologação e adjudicação, inserindo informações falsas nos referidos pareceres". Os dois foram denunciados por crime de responsabilidade, pelo crime previsto no artigo 90 da Lei de Licitações, pelo crime previsto no artigo 2º da lei nº 12.850/13 e por falsidade ideológica, além de os crimes terem sido praticados em concurso de pessoas e material.

### ADMINISTRATIVO

A terceira Denúncia teve como alvo o pregoeiro Francisco Diony Soares da Silva e os integrantes da Comissão Permanente de Licitação, Vanessa Nascimento Sardinha, Raimundo Nonato Cruz Soares, Karlliane dos Santos Vidinha e Wagner da Assunção Neres.

Francisco Diony da Silva era o principal encarregado de montar, falsificar documentos, inserir dados em documentos e fraudar os processos licitatórios, tendo o consentimento dos demais integrantes da CPL, que assinavam as atas e demais despachos nos processos licitatórios fraudulentos.

O então pregoeiro, ouvido pelo Ministério Público, chegou a confessar que recebeu dinheiro de empresas além de permitir a participação em licitações de empresas ligadas a familiares dos ex-secretários de Cultura e de Saúde de Itaipucuru-Mirim. Francisco Diony da Silva afirmou, ainda, que foi afastado das funções em razão das ações por improbidade administrativa apontadas pelo Ministério Público.

Nesse caso, todos os envolvidos também foram denunciados por crime de responsabilidade, pelo crime previsto no artigo 90 da Lei de Licitações, pelo crime previsto no artigo 2º da lei nº 12.850/13 e por falsidade ideológica, além de os crimes terem sido praticados em concurso material. Quanto ao concurso de pessoas, somente Wagner da Assunção não foi denunciado neste grupo.

Francisco Diony Soares da Silva também foi denunciado por falsificação de documento público (reclusão, de dois a seis anos, e multa), falsificação de documento particular (reclusão, de um a cinco anos, e multa) e corrupção

### passiva.

### EMPRESARIAL

O núcleo empresarial da organização criminosa foi alvo de duas denúncias. Na primeira figuram José Allan Ferreira Barros (responsável pela empresa Caripi e Serviços Ltda.), Jorlan Ferreira Barros (responsável legal pela empresa Sabá Serviços Ltda.), Darllan Ferreira Barros (responsável legal pela Sabá Serviços Ltda. e, com identidade falsa, responsável pela empresa SIZ Construções e Serviços Ltda.), Ibraim Hayckel Ferreira Barros (com identidade falsificada, sócio da SIZ Construções e Serviços Ltda.), José Rivelino Siqueira (controlador das três empresas) e José Sousa Barros Filho, engenheiro da Prefeitura de Itaipucuru-Mirim à época dos fatos.

Na segunda Denúncia figuram Daniel Ovidio Amaral (sócio de empresa LMA Comércio Varejista de Produtos Alimentícios Ltda.), Fabiano de Carvalho Bezerra (sócio das empresas PCB Produções e Eventos Ltda. e Escutez Pesquisas de Mercado e de Opinião Pública), Antônio José Fernando Junior Batista Vieira (sócio da A.L.F. Junior Batista Vieira - ME, Escutez e PCB Produções), José Luiz Maranhão Chaves (sócio de empresa JL Maranhão Cia Ltda.) e Magaly Costa Chaves (sócia-administradora da JL Maranhão Cia Ltda.).

A terceira Denúncia é contra Francisco Ferbini Dourado Gomes (sócio da FZ Construções e Serviços Eireli), Leandro Gomes Batista (sócio responsável pela empresa Cooz Equipamentos Empreendimentos e Serviços Eireli - ME), Joaquim Vinus de Arruda Neto (sócio responsável pela empresa JL Contabilidade e Serviços Ltda.), Jorge Henriques de Figueiredo Fernandes (sócio responsável pela JM de F Fernandes - ME) e Marco Antônio Magalhães Lopes (sócio da Engenheer Empreendimentos e Construções Ltda.).

Entre os crimes denunciados também estão crime de responsabilidade, fraude a licitação, organização criminosa, falsidade ideológica, concurso ativo, falsidade ideológica, falsificação de documentos públicos e particulares, entre outros.





MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procurador-Geral de Justiça  
COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso			
<input checked="" type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias			
<input checked="" type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog			
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida		Outros	
<input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia			
DATA	21 /01/2019	PÁG.	12
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea	
		<input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

# Polícia apreende R\$ 35 mil, armas de fogo e prende suspeitos de tráfico em Alcântara

Policiais da Superintendência Estadual de Repressão ao Narcotráfico (Senarc), em conjunto com a 5ª Delegacia Regional de Pinheiro, realizaram, na manhã de desta sexta-feira (18), no município de Alcântara, o cumprimento de 16 mandados judiciais de busca e apreensão domiciliar com o objetivo de apreender drogas e armas de fogo.

No Povoado São Raimundo foram cumpridos 9 mandados, resul-



Esses dois espertos atuavam no tráfico de drogas em Alcântara

tando na prisão de Ilário Costa. Com ele, foram apreendidas duas armas de fogo e a quantia de R\$ 35 mil, oriunda provavelmente do tráfico de drogas.

Já no Povoado Maruda foram cumpridos 7 mandados, com prisão de José Estevão. Ele mantinha sob sua guarda três armas de fogo.

Os presos foram levados à Delegacia de Alcântara para autuação em flagrante pelos crimes.





MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça  
COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso			
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input checked="" type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias			
<input type="checkbox"/> O 4º poder <input checked="" type="checkbox"/> Internet / Blog			
EDITORIA			
<input checked="" type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida		Outros	
<input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia			
DATA	21 /01/2019	PÁG.	7
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea	
		<input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

## DPE/MA cria formulário para reforçar restrição a posse de armas

Tendo em vista o decreto assinado pelo presidente Jair Bolsonaro na última terça-feira (15), que facilita a posse de armas de fogo em todo o território brasileiro, a Defensoria Pública estadual (DPE/MA) formulará um modelo de solicitação de medida protetiva que suspende a posse e o porte de armas para cidadãos que tenham histórico de violência doméstica.

O dispositivo reforçará o que consta na Lei Maria da Penha, Lei 11340/06, que versa sobre medidas protetivas de urgência, como a suspensão da posse ou restrição do porte de armas para os agressores. Conforme o Artigo 22, constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, o juiz poderá aplicar, dentre outras sanções, a suspensão da posse ou restrição do porte de armas.

Apesar de prevista pela Lei Maria da Penha, o modelo de



O modelo de solicitação reforçará a observância da lei com o objetivo de garantir os direitos das mulheres da instituição. "Trabalhamos fortemente no combate à violência contra a mulher, tanto que contamos com um núcleo especializado para isso, além de uma equipe multidisciplinar para acompanhar a demanda que aumenta a cada dia", frisou o defensor-geral do Estado, Alberto Pessoa Bastos.





---

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO**  
**Coordenação de Comunicação Social**

---

# **CLIPPING**

**18 de JANEIRO 2019**



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso			
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias			
<input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog			
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida		Outros	
<input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia		ESTADO	
DATA	18/01/2019	PÁG.	6
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea	
		<input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

## Chapadinha

# Membros do MP participam de reunião sobre políticas de saúde na região

Na manhã de quarta-feira, 16, a titular da 1ª Promotoria de Justiça de Chapadinha e Coordenadora do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde do Ministério Público do Maranhão, Ilma de Paiva Pereira, e os promotores de Justiça Elano Aragão Pereira, da Promotoria de Justiça de Magalhães de Almeida, respondendo pela Promotoria de Justiça de São Bernardo, e Fernando José Alves Silva, da Promotoria de Justiça de Tutóia, participaram da reunião da Comissão Intergestores Regional de Chapadinha (CIR/MA), realizada na Biblioteca Municipal de Chapadinha.

Também estiveram presentes a coordenadora da CIR/Chapadinha e Secretária de Saúde de Anapurus, Ana Carine Montellis Pinheiro; a secretária da CIR, Mônica Cordeiro; o gestor de saúde da Unidade Regional de Chapadinha, Alex Marinho; e representantes dos municípios de Araiões, Santana do Maranhão, Milagres do Maranhão, São Bernardo, Tutóia, Brejo e Chapadinha.

Ilma de Paiva Pereira destacou a importância da aproximação do Ministério Público, como agente de fiscalização da gestão pública de saúde, das instâncias de pactuação regional. "Inserir nestes espaços, o promotor

de justiça toma conhecimento dos compromissos assumidos pelos gestores de saúde na articulação das ações e serviços e atuará no sentido de fiscalizar o cumprimento daquilo que foi ajustado", afirmou.

Na ocasião, foram discutidos temas de relevância para as políticas públicas de saúde desenvolvidas nos municípios inseridos na Regional de Chapadinha, tais como a atualização do cadastro das unidades de saúde no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), fundamental para a construção do Planejamento Regional Integrado (PRI); o desenvolvimento de ações de educação permanente em saúde na atenção básica; a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) de Araiões; de duas equipes de saúde bucal e de duas de saúde da família para o município de Tutóia; e de uma equipe de saúde da família para o município de São Bernardo.

### REGULAÇÃO PARA O HOSPITAL

Na reunião, o gestor de saúde da Unidade Regional de Chapadinha apresentou o relatório de produção do Hospital Regional de Chapadinha por município, contendo a relação de pacientes

regulados e atendidos naquela unidade de saúde, o que motivou a inserção em pauta da demora no processo de regulação, resposta e definição dos fluxos de pacientes, dificuldade destacada por todos os gestores de saúde da região.

Durante os debates, os representantes presentes pontuaram que o problema está associado à ausência ou mau funcionamento dos Núcleos Internos de Regulação (NIR), unidades responsáveis por gerenciar o acesso à capacidade instalada hospitalar, resultando no seu uso eficiente/racional.

No interior, unidades de saúde intensificam ações de combate a hanseníase. Em alusão ao Janeiro Roxo, mês dedicado ao combate da hanseníase, as unidades da rede estadual de saúde no interior, também, desenvolvem atividades especiais de alerta sobre os sinais e sintomas da doença, além de incentivar a procura pelos serviços de saúde para o rápido diagnóstico.

Sete unidades do interior, vinculadas a Secretaria de Estado de Saúde (SES), realizam programação especial com palestras sobre autocuidado com orientações na identificação de manchas brancas ou avermelhadas na pele e dos exames necessários para diagnóstico, tratamentos

com medicação, fisioterapia e psicológico com foco na ampla possibilidade de cura. Todos estes temas são abordados por profissionais da área de enfermagem, fisioterapia, assistência social, farmácia e psicologia.

A diretora administrativa do Hospital Macrorregional Tomás Martins, Thayse Lima, disse que a programação na unidade, além de levar informação aos pacientes e acompanhantes, é um espaço de aprendizado e compartilhamento de conhecimentos. "Levamos muito a sério a saúde das pessoas e a programação especial de combate a hanseníase reflete essa preocupação em alertar sobre o autocuidado e diagnóstico precoce. A informação é a grande aliada neste processo", afirmou Thayse. A hanseníase se manifesta de dois a sete anos após a infecção pela bactéria *Mycobacterium leprae*. A transmissão se dá de uma pessoa doente e sem tratamento para outra, após um contato próximo e prolongado, especialmente, no ambiente de convivência domiciliar.

Os principais sintomas da hanseníase são manchas avermelhadas, esbranquiçadas ou amarronzadas no corpo, com diminuição ou perda de sensibilidade ao calor, ao tato e à dor; caroços avermelhados, às vezes doloridos; sensação de choque com fisgadas ao longo dos braços e pernas; áreas com diminuição de pelos e suor; e o engrossamento do nervo que passa pelo cotovelo, levando a uma perda da força do quinto dedo da mão.





MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso			
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias			
<input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog			
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida		Outros	ATOS E FATOS
<input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia			
DATA	18/01/2019	PÁG. 2	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

## Crimes da zona rural de São Luís Reunião estranha em carceragem da PMMA pode causar reviravolta no assassinato dos adolescentes

Pode ter uma reviravolta surpreendente e bombástica o triplo homicídio de que foram vítimas os jovens Gustavo Feitosa Monroe (18 anos), Joanderson da Silva Muniz (17) e Gildean Castro Silva (14), assassinados a tiros na comunidade Mato Grosso (Maracanã), zona rural de São Luís, no dia 4 de janeiro último. Isso caso a Secretaria da Segurança, por meio da Superintendência de Homicídio e Proteção à Pessoa (SHPP), decida investigar uma informação exclusiva obtida por O INFORMANTE (Blog do JP online), na tarde dessa quinta-feira.

Trata-se de uma estranha visita do agente penitenciário identificado como Guimarães, que pertenceu ao CTA (Centro Tático Aéreo), ao soldado Hamilton Caires Linhares, da Companhia de Operações Especiais – COE, que está preso no Comando Geral da PMMA. Hamilton é acusado de ter atirado nas vítimas e Guimarães é um dos integrantes da equipe de servidores públicos (policiais e agentes) que fazia segurança clandestina nas obras do programa Minha Casa Minha Vida para a empresa Ostensiva, contratada pela Caixa Econômica Federal.

Intimado pela Delegacia de Homicídios, por meio de ofício encaminhado ao secretário de Administração Penitenciária, Murilo Andrade, para prestar depoimento, na próxima semana, sobre o assassinato dos jovens, o agente Guimarães teve uma estranha reunião com o soldado Hamilton Caires em sua cela, no Quartel da PMMA, na última segunda-feira, dia 14. Há suspeita de que Guimarães tenha ido conversar com Hamilton Caires sobre uma situação bem maior que pode estourar nesse caso a qualquer momento, com possível desdobramento para 'queima de arquivo'. Cabe à Delegacia de Homicídios investigar a 'pauta' da reunião entre Hamilton Caires e Guimarães.





MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procurador Geral de Justiça  
COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso			
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input checked="" type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias			
<input type="checkbox"/> O 4º poder <input checked="" type="checkbox"/> Internet / Blog			
EDITORIA			
<input checked="" type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida		Outros	
<input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia			
DATA	18/01/2019	PÁG.	7
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea	
		<input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

# Grupo aplicava golpes em prefeitos, deputados e empresários no Maranhão

O superintendente da Seic, delegado Carlos Alessandro, explicou que o grupo agia clonando número de chip celular e utilizava um aplicativo de mensagens de texto se passando pelo dono do aparelho.

Depois de sete meses da prisão de uma quadrilha que aplicou golpes de mais de R\$ 300 mil usando nomes de deputados através WhatsApp, ontem a polícia prendeu uma nova quadrilha que clonava contas no mesmo aplicativo. As vítimas agora foram prefeitos e empresários.

Conforme a investigação, o golpe consistia na invasão de contas das vítimas para subornar amigos e familiares solicitando a transferência de recursos financeiros, mas o dinheiro caía mesmo nas contas controladas pelo grupo. Conforme a Famem, 20 prefeitos maranhenses foram lesados.

O superintendente da Seic, delegado Carlos Alessandro, explicou que o grupo agia clonando número de chip celular e utilizava um aplicativo de mensagens de texto se passando pelo dono do aparelho.

A quadrilha fez diversas vítimas em várias cidades do Maranhão, abrangendo pessoas ligadas a alguns políticos, tentando ter acesso a recursos do



## Mais de 15 prefeitos maranhenses foram lesados

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb, de determinados municípios.

O bando identificado como Diégo Silva Fernandes, 34 anos; José Jorge Xavier Alves, 28 anos; Lottas Mateus

Ribeiro Caldas, 23 anos; Hallen Devid Cosmo do Nascimento, 28 anos; Bruno Nascimento Alves de Moraes, 27 anos; Marcos Aurélio Santos Freitas Filho, 29 anos; Marcia Sabastiana Sousa de Jesus, 47 anos e Anielle Raina Barreto Granjeiro, 37 anos foram autuados pelos crimes

de estelionato e associação criminosa.

Vale ressaltar que Hallen Devid, no ano de 2018 havia sido preso pela SEIC devido a prática da mesma modalidade deste crime, mais, estava solto usufruindo do benefício da liberdade provisória.





MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso			
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate <input checked="" type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias			
<input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet/Blog			
EDITORIA			
<input checked="" type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida		Outros	
<input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia			
DATA	18/01/2019	PÁG.	3
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea	
		<input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

## Membros do MPMA participam de reunião sobre políticas de saúde

Na manhã desta quarta-feira, 16, a titular da 1ª Promotoria de Justiça de Chapadinha e Coordenadora do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde do Ministério Público do Maranhão, Ilma de Paiva Pereira, e os promotores de Justiça Elano Aragão Pereira, da Promotoria de Justiça de Magalhães de Almeida, respondendo pela Promotoria de Justiça de São Bernardo, e Fernando José Alves Silva, da Promotoria de Justiça de Tutóia, participaram da reunião da Comissão Intergestores Regional de Chapadinha (CIR/MA), realizada na Biblioteca Municipal de Chapadinha.

Também estiveram presentes a coordenadora da CIR/Chapadinha e Secretária de Saúde de Anapurus, Ana Carine Montellis Pinheiro; a secretária da CIR, Mônica Cordeiro; o gestor de saúde da Unidade Regional de Chapadinha, Alex Marinho; e representantes dos municípios de Araiões, Santana do Maranhão, Milagres do Maranhão, São Bernardo, Tutóia, Brejo e Chapadinha.

Ilma de Paiva Pereira destacou a importância da aproximação do Ministério Público, como

agente de fiscalização da gestão pública de saúde, das instâncias de pactuação regional. “Inserido nestes espaços, o promotor de justiça toma conhecimento dos compromissos assumidos pelos gestores de saúde na articulação das ações e serviços e atuará no sentido de fiscalizar o cumprimento daquilo que foi ajustado”, afirmou.

Na ocasião, foram discutidos temas de relevância para as políticas públicas de saúde desenvolvidas nos municípios inseridos na Regional de Chapadinha, tais como a atualização do cadastro das unidades de saúde no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), fundamental para a construção do Planejamento Regional Integrado (PRI); o desenvolvimento de ações de educação permanente em saúde na atenção básica; a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) de Araiões; de duas equipes de saúde bucal e de duas de saúde da família para o município de Tutóia; e de uma equipe de saúde da família para o município de São Bernardo.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça  
COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso			
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate <input checked="" type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias			
<input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet/ Blog			
EDITORIA			
<input checked="" type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida		Outros	
<input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia			
DATA	18/01/2019	PÁG.	3
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea	
		<input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

## POLÍTICA INSTITUCIONAL EM SAÚDE

A participação do Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA) no encontro resultou de iniciativa do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde (CAOp/Saúde) para fomentar a participação dos promotores de justiça com atuação em cada espaço regionalizado de saúde – 19 no total – nos debates travados nas correlatas Comissões Intergestores Regionais (CIR). Estas comissões consistem em instâncias de pactuação regional, em que os gestores deliberam sobre a organização e funcionamento das ações e serviços públicos de saúde ofertados aos usuários do SUS em cada região, integrados em Redes Temáticas, com o objetivo de garantir a integralidade da assistência.

Para a promotora de justiça Ilma de Paiva Pereira, a permanente interlocução do Ministério Público com a gestão pública é uma estratégia eficaz na garantia do direito à saúde em todos os municípios maranhenses, o que torna, em alguns casos, desnecessário o ajuizamento de ações, que muitas vezes se mostram pouco resolutivas, sobretudo no que tange à efetivação de políticas públicas de saúde.

“Tal atuação prestigia a solução pactuada de conflitos, através da Mediação Sanitária, a qual está inserida como política institucional do MPMA, no Plano Tático- Operacional do CAOp/ Saúde para o período de 2016-2021”, observa a coordenadora do CAOp/Saúde.





MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso			
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate <input checked="" type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias			
<input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog			
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida		Outros	
<input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia			
DATA	18/01/2019	PÁG.	7
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea	
		<input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

## Criminosos arrombam caixa eletrônico de banco no bairro Alemanha

Criminosos invadiram a agência do Banco do Brasil do bairro Alemanha, na capital maranhense, na madrugada desta quinta-feira (17).

Os bandidos arrombaram um caixa eletrônico e levaram uma quantia em dinheiro cujo valor não foi informado. No equipamento, foi feito um buraco com um maçarico na parte inferior, de onde os criminosos roubaram dinheiro.

Eles ainda tentaram arrombar outras caixas, mas



sem sucesso. Os bandidos fugiram assim que perceberam

a chegada dos seguranças da agência.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça  
COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso			
<input checked="" type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias			
<input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog			
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida		Outros	
<input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia			
DATA	18/01/2019	PÁG.	8
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea	
		<input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

# Padrasto é preso por estuprar duas enteadas em Balsas

Policiais da Delegacia Regional de Balsas prenderam, nesta quinta-feira (17), o homem identificado como Liomar Borges da Silva, pela prática de estupro de vulnerável.

Ele é acusado de estupro de suas duas enteadas. O crime já vinha sendo praticado há bastante tempo. Pelas informações da polícia, ele já tem filhos com as duas vítimas.

A prisão de Liomar Silva é temporária.

O crime de estupro de vulnerável está previsto no artigo 217-A do Código Penal Brasileiro (CPB). A pena prevista é de 8 a 15 anos de reclusão.



*Pelas informações colhidas, Liomar já tem filhos com as duas vítimas*





MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso			
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias			
<input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog			
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida		Outros	
<input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia			
DATA	18/01/2019	PÁG.	2
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea	
		<input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

## Concluído inquérito sobre assassinato do prefeito Ivanildo Paiva, de Davinópolis

DIVULGAÇÃO

A Polícia Civil do Maranhão, por meio da Superintendência Estadual de Investigação de Homicídio e Proteção à Pessoa (SHPP), informou nessa quinta-feira (17) ter concluído o inquérito policial que investigou o assassinato do prefeito do município de Davinópolis, Ivanildo Paiva. O homicídio aconteceu no dia 10 de novembro do ano passado.

De acordo com informações do inquérito, repassadas pelo delegado do Departamento de Homicídios do Interior, Jeffrey Furtado, todos os seis envolvidos no crime estão presos: Antônio José Messias, o "Messias da Pneu Zero"; Francisco de Assis Bezerra Soares, conhecido como "Tita"; José Denilton Guimarães, o "Boca Rosa"; Douglas da Silva Barbosa; o sargento da Polícia Militar do Maranhão Willame Nascimento da Silva e o prefeito afastado José Rubem Firmo, o "Rubem Lava Jato".

"Todos estão com prisão preventiva decretada e o inquérito policial já está relatado. Os autores diretos, aqueles que praticaram o crime, bem como os intermediários e principalmente o mandante, o autor intelectual; todos eles estão presos", reafirmou o delegado. Jeffrey ainda enfatizou sobre a divisão de tarefas e atuação



Inquérito aponta que "Rubem Lava Jato" foi mandante e mentor intelectual da morte de Ivanildo Paiva

dos membros da quadrilha na dinâmica da ação criminosa. Os policiais militares seriam os executores do crime, outros dois seriam intermediários, o empresário seria o elo entre os pistoleiros e o vice-prefeito "Rubem Lava Jato", que também foi o autor intelectual do crime ao arquitetar o plano; pois, segundo o delegado "ele tinha a intenção de acender a posição de prefeito municipal, pois essa seria a forma de escapar da situação financeira precária em que se encontrava". "Ele tentou de todas as maneiras 'derrubar' o prefeito por meio de CPIs, quando viu que não conseguia o seu objetivo, recorreu ao assassinato", continuou. Logo após o crime, a Secretaria de Segurança Pública do Maranhão

(SSP/MA), a Delegacia Geral e a SHPP determinaram que uma equipe da Delegacia de Homicídios se deslocasse até a cidade de Imperatriz e adjacências para que, em parceria com o DHPP de Imperatriz, realizasse uma força-tarefa com o propósito de elucidar o crime.

### O CRIME

O prefeito Ivanildo Paiva Barbosa foi assassinado com ao menos sete tiros no dia 10 de novembro do ano passado, mas seu corpo só foi encontrado no dia 11, numa estrada vicinal perto de sua fazenda, em Davinópolis (a 696 km de São Luís). Para a polícia, o prefeito foi dominado na fazenda, mas executado no local em que o corpo foi encontrado. (LEILA MARTINS, ESPECIAL PARA O JP)



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça  
COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso			
<input checked="" type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias			
<input checked="" type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog			
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida		Outros	
<input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia			
DATA	18/01/2019	PÁG.	<input checked="" type="checkbox"/> 8 <input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

## Inquérito conclui que vice-prefeito mandou matar Ivanildo Paiva

A Polícia Civil do Maranhão, por meio do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), concluiu e entrega nesta quinta-feira (17), no fórum da cidade de Imperatriz, o inquérito policial que investigou a morte do prefeito de Davinópolis, Ivanildo Paiva.

Iniciado em 11 de novembro de 2018, data do assassinato do prefeito, o inquérito resultou em seis volumes e na prisão de oito pessoas; todas elas transformadas em preventivas. Entre os oito presos pelo assassinato de Ivanildo Paiva, se encontra o vice-prefeito, Rubem Firmo, apontado como mandante do crime.

O trabalho de investigação foi realizado pelo Departamento de Homicídios do Interior (DHI), tendo à frente o delegado Jeffrey Furtado; e pelo Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) de Imperatriz, que é coordenado pelo delegado Praxísteles Martins.





---

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO**  
**Coordenação de Comunicação Social**

---

# **CLIPPING**

**17 de JANEIRO 2019**



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça  
COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso			
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate <input checked="" type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias			
<input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet <input checked="" type="checkbox"/> Blog			
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida		Outros	
<input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia		CONCEITO SOCIAL	
DATA	17/01/2019	PÁG.	7
		<input checked="" type="checkbox"/> Gerada	<input type="checkbox"/> Espontânea
		<input type="checkbox"/> Positiva	<input type="checkbox"/> Negativa



## RIO DE JANEIRO

### Posse do PGJ é prestigiada pelo chefe do MPMA

O procurador-geral de justiça do Maranhão, Luiz Gonzaga Martins Coelho, participou, na segunda-feira, 14, da posse do procurador-geral de justiça do Rio de Janeiro, Eduardo Gussem para o biênio 2019-2021. A solenidade foi realizada no auditório-sede do Ministério Público do Rio de Janeiro e foi prestigiada por autoridades do Executivo, Legislativo, Judiciário estadual e federal.

Gussem foi escolhido como o único candidato inscrito em eleição realizada em dezembro do ano passado. Ele foi reconduzido ao cargo e recebeu 93,2% dos votos válidos.

“O Ministério Público contemporâneo trabalha com a antecipação estratégica e a

prevenção planejada de danos. Trata-se de uma instituição integrada e articulada interna e externamente, que busca na inovação tecnológica os modos para se proceder à análise de dados acerca da realidade estatal. Somente dessa forma será possível reverter nossa situação atual e buscar a tão almejada melhora do ambiente de negócios de nosso Estado. Atrair investimentos, elevar o nível de desenvolvimento econômico-social e, conseqüentemente, o grau de prosperidade e de qualidade de vida da população são reflexos naturais da efetiva realização de nossa missão institucional”, afirmou o procurador-geral de justiça do Rio de Janeiro.





MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso			
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate <input checked="" type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias			
<input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog			
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida		Outros	HORA EXTRA
<input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia			
DATA	17/01/2019	PÁG. 5	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

## Operação conjunta do MPMA e Polícia Civil cumpre mandado de prisão temporária em São Luís

O Ministério Público do Maranhão e a Polícia Civil realizaram, na manhã desta quarta-feira, 16, uma operação conjunta para cumprimento de um mandado de prisão temporária, decretado pela Justiça, contra Nei Moreira Costa. Ele é investigado por suposta participação no assassinato de Rolmerson Robson, ex-secretário municipal de Saúde de

Cândido Mendes.

O crime aconteceu na manhã de 21 de fevereiro de 2014, na estrada que liga a sede do município de Cândido Mendes ao povoado Águas Belas. Rolmerson Robson foi assassinado a tiros.

Nei Moreira Costa será ouvido pelo Ministério Público. As investigações sobre o crime continuam em andamento.





MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso			
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate <input checked="" type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias			
<input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet <input checked="" type="checkbox"/> Blog			
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida		Outros	
<input checked="" type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia			
DATA	17/01/2019	PÁG.	2
			<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

# Ex-prefeito e cinco pessoas são denunciados por fraude em licitação

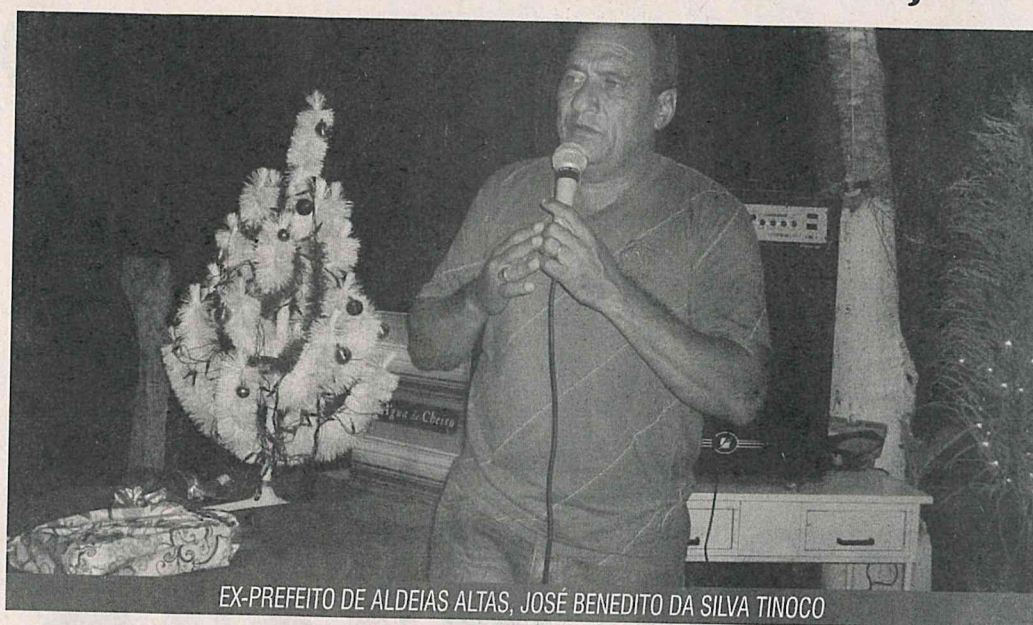
Em razão de irregularidades em dois procedimentos licitatórios referentes ao Carnaval de 2016, o Ministério Público do Maranhão ofereceu Denúncia, em 28 de novembro, contra o ex-prefeito de Aldeias Altas, José Benedito da Silva Tinoco.

Também foram denunciadas Maria do Socorro Ferro Tinoco (ex-secretária municipal de Finanças), Rafael de Souza Lobato Filho (representante da empresa R.S. Lobato Filho), Pedro da Silva Santos (pregoeiro) e os integrantes da equipe de apoio da comissão de licitação Antônio Barbosa Loura de Menezes e Antônio Pinheiro e Silva.

Pela mesma razão e na mesma data, o MPMA propôs Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa contra os envolvidos. As manifestações foram ajuizadas pelo promotor de justiça Francisco de Assis Silva Junior, da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Caxias, da qual o município de Aldeias Altas é termo judiciário.

A investigação do Ministério Público do Maranhão teve início após representação da empresa F.R. Silva Costa e Cia. LTDA EPP que não conseguiu participar das sessões dos referidos procedimentos licitatórios.

Ambas as licitações foram feitas na modalidade pregão presencial. A primeira teve como objeto a contratação de bandas para a realização dos shows carnavalescos em



EX-PREFEITO DE ALDEIAS ALTAS, JOSÉ BENEDITO DA SILVA TINOCO

Aldeias Altas. O valor foi de R\$ 232.800,00.

O segundo pregão teve como finalidade a contratação de empresa para locação e montagem de equipamento de som, iluminação, palco, gerador, banheiros químicos, entre outros detalhes estruturais, no valor de R\$ 105.116,00.

Os dois procedimentos somados resultaram na quantia de R\$ 337.916,00, que foi paga à empresa R.S. Lobato Filho, única participante e vencedora dos pregões.

De acordo com o promotor de justiça, após a análise das provas, incluindo o depoimento dos envolvidos, foi constatado que as licitações serviram para o desvio de recursos públicos, tendo havido conchavo dos participantes para favorecer a empresa vencedora. Inclusive,

os depoentes apontaram que as licitações não foram realizadas formalmente, já que a assinatura das atas teria sido efetuada somente no dia posterior.

PEDIDOS - Na Ação Penal, o MPMA solicitou a condenação de José Benedito da Silva Tinoco e Maria do Socorro Ferro Tinoco por terem desviado recursos municipais. Já Rafael de Souza Lobato Filho por ter sido beneficiado pelas fraudes licitatórias.

Os integrantes da comissão de licitação Antônio Barbosa Loura de Menezes, Antônio Pinheiro e Silva e Pedro da Silva Santos por terem fraudado o caráter competitivo dos procedimentos.

A Promotoria pediu, ainda, a condenação dos requeridos à reparação dos prejuízos causados ao erário, que

totalizaram 337.916,00.

Na Ação Civil por ato de improbidade administrativa, como medida liminar, a 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Caxias requereu a indisponibilidade dos bens dos envolvidos, até o montante de R\$ 337.916,00.

Também foi solicitada a anulação das licitações, bem como dos contratos resultantes dos certames. Outro pedido é referente à condenação dos requeridos conforme a lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa), cujas sanções previstas são ressarcimento do dano causado ao erário, pagamento de multa, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos e a proibição de contratar ou receber benefícios do Poder Público por um prazo de até dez anos.





MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso			
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias			
<input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog			
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida		Outros	
<input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia		ESTADO	
DATA	17/01/2019	PÁG.	6
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea	
		<input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

## Aldeias Altas

# MPMA denuncia ex-prefeito e mais cinco por fraude em licitações

Em razão de irregularidades em dois procedimentos licitatórios referentes ao Carnaval de 2016, o Ministério Público do Maranhão ofereceu Denúncia, em 28 de novembro, contra o ex-prefeito de Aldeias Altas, José Benedito da Silva Tinoco. Também foram denunciados Maria do Socorro Ferro Tinoco (ex-secretária municipal de Finanças), Rafael de Souza Lobato Filho (representante da empresa R.S. Lobato Filho), Pedro da Silva Santos (pregoeiro) e os integrantes da equipe de apoio da comissão de licitação Antônio Barbosa Loura de Menezes e Antônio Pinheiro e Silva.

Pela mesma razão e na mesma data, o MPMA propôs Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa contra os envolvidos. As manifestações foram ajuizadas pelo promotor de justiça Francisco de Assis Silva Junior, da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Caxias, da qual o município de Aldeias Altas é termo judiciário.

A investigação do Ministério Público do Maranhão teve início após representação da empresa F.R. Silva Costa e Cia. LTDA EPP que não conseguiu participar das sessões dos

referidos procedimentos licitatórios.

Ambas as licitações foram feitas na modalidade pregão presencial. A primeira teve como objeto a contratação de bandas para a realização dos shows carnavalescos em Aldeias Altas. O valor foi de R\$ 232.800,00.

O segundo pregão teve como finalidade a contratação de empresa para locação e montagem de equipamento de som, iluminação, palco, gerador, banheiros químicos, entre outros detalhes estruturais, no valor de R\$ 105.116,00.

Os dois procedimentos somados resultaram na quantia de R\$ 337.916,00, que foi paga à empresa R.S. Lobato Filho, única participante e vencedora dos pregões.

De acordo com o promotor de justiça, após a análise das provas, incluindo o depoimento dos envolvidos, foi constatado que as licitações serviram para o desvio de recursos públicos, tendo havido conchavo dos participantes para favorecer a empresa vencedora. Inclusive, os depoentes apontaram que as licitações não foram realizadas formalmente, já que a assinatura das atas teria sido efetuada somente no dia posterior.

DIVULGAÇÃO



O ex-prefeito José Benedito foi denunciado por fraude em licitações

## PEDIDOS

Na Ação Penal, o MPMA solicitou a condenação de José Benedito da Silva Tinoco e Maria do Socorro Ferro Tinoco por terem desviado recursos municipais. Já Rafael de Souza Lobato Filho por ter sido beneficiado pelas fraudes licitatórias. Os integrantes da comissão de licitação Antônio Barbosa Loura de Menezes, Antônio Pinheiro e Silva e Pedro da Silva Santos por terem fraudado o caráter competitivo dos procedimentos.

A Promotoria pediu, ainda, a condenação dos requeridos à reparação dos prejuízos causados ao erário, que totalizaram R\$ 337.916,00.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça  
COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso			
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input checked="" type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias			
<input type="checkbox"/> O 4º poder <input checked="" type="checkbox"/> Internet / Blog			
EDITORIA			
<input checked="" type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida		Outros	
<input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia			
DATA	17/01/2019	PÁG.	7
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea	
		<input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

## OPERAÇÃO CONJUNTA

O Ministério Público do Maranhão e a Polícia Civil realizaram, na manhã desta quarta-feira, 16, uma operação conjunta para cumprimento de um mandado de prisão temporária, decretado pela Justiça, contra Nei Moreira Costa. Ele é investigado por suposta participação no assassinato de Rolmerson Robson, ex-secretário municipal de Saúde de Cândido Mendes. O crime aconteceu na manhã de 21 de fevereiro de 2014, na estrada que liga a sede do município de Cândido Mendes ao povoado Águas Belas. Rolmerson Robson foi assassinado a tiros. Nei Moreira Costa será ouvido pelo Ministério Público. As investigações sobre o crime continuam em andamento.





MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso			
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input checked="" type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias			
<input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog			
EDITORIA			
<input checked="" type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida		Outros	
<input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia			
DATA	17/01/2019	PÁG.	3 <input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

## AUDIÊNCIAS



Vereadores de São Luís participaram da primeira, de uma série de nove audiências públicas, para revisão do Plano Diretor da capital maranhense, com base na Lei nº 4.669/2006. O evento, de iniciativa da Prefeitura, ocorreu no auditório da Faculdade Pitágoras, no bairro do Turu, e tem como finalidade debater a reordenação de políticas voltadas para áreas urbanas e rural da cidade, além de garantir acessibilidade, mobilidade, uso racional do uso e ocupação do solo, habitação, meio ambiente, saneamento básico, entre outras questões que envolvem o planejamento estratégico do município.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso			
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias			
<input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog			
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política <input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida		Outros	
<input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia			
DATA	17/01/2019	PÁG.	5
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea	
		<input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

## Força-tarefa encaminha usuários de drogas para tratamento

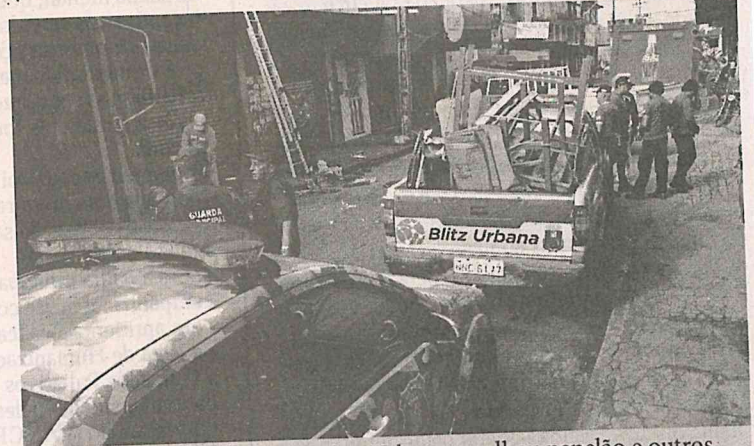
GILSON FERREIRA

A ação foi fruto de uma parceria entre o Caps-AD, a Semcas, a Polícia Civil, Blitz Urbana, e a Guarda Municipal; abordagem foi realizada na Rua da Praça do Mercado Central

### LUCIENE VIEIRA

Usuários de drogas tiveram ontem (16) a oportunidade de fazer um tratamento que os ajudem a deixar o vício. Uma força-tarefa foi realizada a partir das 7h, na Rua da Praça do Mercado Central, com a participação do Centro de Atendimento Psicossocial Álcool e Drogas (Caps-AD), Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social (Semcas), Polícia Civil, Blitz Urbana, e a Guarda Municipal. O objetivo foi recolher dependentes químicos e encaminhá-los para tratamento. A abordagem foi feita em uma calçada da via, onde ficavam 20 pessoas. De acordo com Marcelo Costa, que é o diretor do Caps-

AD, cinco dependentes químicos foram retirados na ação de ontem, e levados para a sede do Centro, no bairro do Monte Castelo. "Eles serão submetidos a consultas e exames médicos, e amanhã (hoje) serão levados para uma fazenda, custeada pelo Estado, em Coroatá, que trabalha no tratamento de dependentes químicos", disse Marcelo Costa. "Nossa finalidade é acolher os usuários de droga, que estão em extrema vulnerabilidade social, para um tratamento", informou o delegado Joviano Furtado, ao complementar que outras ações nesse mesmo local serão feitas, a fim de convencer outros dependentes químicos a aceitarem a ajuda médica.



Durante a ação de ontem, a Blitz Urbana recolheu papelão e outros materiais utilizados pelos usuários de drogas

No ponto onde foi realizada a abordagem de ontem, segundo Marcelo Costa, dez pessoas já tinham saído do local e levadas ao Caps-AD na semana passada. "É a segunda abordagem que fazemos nessa área do Mercado Central,

nos últimos 15 dias", informou Marcelo Costa. Na Rua da Praça, a Blitz Urbana recolheu papelões, panelas e outros utensílios que os dependentes químicos utilizavam para preparar suas refeições.





MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça  
COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso			
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate <input checked="" type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias			
<input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet/ Blog			
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida		Outros <b>HORA EXTRA</b>	
<input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia			
DATA	17/01/2019	PÁG.	<input checked="" type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

# Residenciais do 'Minha Casa, Minha Vida' causam danos sociais e ambientais na Ilha

O programa social 'Minha Casa, Minha Vida' criado pelo Governo Federal para solucionar o déficit habitacional no país, também tem seus efeitos colaterais. Na cidade de São Luís, por exemplo, milhares destas moradias em formato de casas e apartamentos, por falta de espaço, deixaram de ser construídas na área urbana e enveredaram para a zona rural do município.

Assim, grandes núcleos habitacionais, com uma infinidade destes imóveis, foram erguidos em áreas onde estão localizadas comunidades formadas por produtores agrícolas e pescadores. Na região do Maracanã, Vila Maranhão, Ribeira, Tajipuru e Mato Grosso, por exemplo, imensas áreas verdes deram lugar a condomínios com precária infraestrutura.



RESIDENCIAL RIBEIRA: RUA TOMADA PELA EROSÃO, ESGOTO SENDO DESPEJADO IN NATURA E MORADIAS INTERDITADAS (FOTO INTERNET)

A falta ou carência de escolas, creches, postos de saúde, acessos, sistemas de drenagem, segurança e transporte públicos nestes locais estão provocando um grave problema social

para quem já povoava a região e para a grande massa populacional que vem ocupando estas novas moradias. Soma-se a estes transtornos, gravíssimos problemas ambientais devido

ao desmatamento das áreas, assim como a carência de saneamento básico como coleta sistemática de lixo doméstico, além do tratamento e destinação do esgotamento sanitário.

Diante de tanto descaso, nascentes de rios e riachos, assim como áreas de manguezais estão sendo contaminadas pelo despejo de esgoto in natura em seus leitos. Desta forma, pode-se sugerir que os estudos sobre os impactos ambientais e sociais feitos pelos agentes financiadores e gestores destas obras sociais, antes do início das construções residenciais, no mínimo foram feitos à distância ou por quem de fato, priorizou a "disciplina" Economia em vez de Ecologia. Com a palavra, a Caixa Econômica Federal, a Prefeitura de São Luís e órgãos fiscalizadores...





MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça  
COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso			
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate <input checked="" type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias			
<input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet // Blog			
EDITORIA			
<input checked="" type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida		Outros	
<input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia			
DATA	17/01/2019	PÁG.	3
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea	
		<input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

# Governo peita Justiça e Bebê morre à espera por transferência hospitalar

Faleceu a bebê Agatha Luana de Carvalho Reis, de um mês de vida, que sofria de cardiopatia truncus arteriosus tipo I. Ela estava internada em estado gravíssimo em uma UTI do HUUFMA Materno Infantil, em São Luís, aguardando transferência hospitalar em outro estado e uma cirurgia.

O procedimento era necessário para corrigir vários problemas cardiovasculares que Agatha apresentou ao nascer e que, segundo a Defensoria Pública do Maranhão, o Materno Infantil era incapaz de realizar.

“Apesar de ser o HUUFMA a referência estadual para a cirurgia cardíaca neonatal, a correção desta cardiopatia não é comum neste serviço; o histórico da instituição é negativo, visto que todos os pacientes operados com este tipo de cardiopatia foram a óbito. Além do que o hospital encontra-se em um momento extremamente delicado de poucas condições para a realização de cirurgias de grande



A BEBÊ AGATHA, DE UM MÊS DE VIDA, QUE SOFRIA DE CARDIOPATIA TRUNCUS ARTERIOSUS TIPO I E FALECEU POR FALTA DE ATENDIMENTO

porte como esta que pressupõe o diagnóstico, pode haver necessidade de uso de ECMO, que apesar de haver a possibilidade e de instalá-la, o HUUFMA não possui uma equipe de manutenção de terapêutica que as vezes pode ser necessária por períodos longos.

Outra dificuldade é em relação ao material necessário para tal procedimento, posto que o possível substituto da

artéria pulmonar é um tubo de dacron que da última vez que foi necessário seu uso, demorou muito mais de 3 semanas para chegar e propiciou piora clínica ao paciente que acabou morrendo durante a espera”, declarou a Defensoria durante o processo.

Apesar do impasse, a mãe da criança, Daiane Miranda, conseguiu uma determinação judicial para que o procedi-

mento fosse realizado em outro estado. Segundo Daiane, a Vara da Infância e da Juventude em São Luís determinou a transferência imediata de Agatha, mas a Secretaria Estadual de Saúde (SES) se recusou a cumprir.

Em nota, a SES disse que lamenta a morte da bebê e que a transferência dependia da disponibilidade de leito para tratamento da cardiopatia em outro estado porque o Maranhão ainda não possui equipe para realizar o tipo de procedimento cirúrgico exigido no caso.

A Secretaria de Saúde também disse que, dentro de sua atribuição e competência, adotou todas as medidas para transferência da criança. Inclusive, que a bebê foi inserida na lista da Central Nacional de Regulação de Alta Complexidade (CNRAC) e recebeu negativa do estado de Goiás. Por fim, a SES disse que reservou o transporte em UTI aérea e manteve contato com equipe médica do Ceará, que se dispôs a analisar os exames da bebê a fim de assumir o caso.





MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso			
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate <input checked="" type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias			
<input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog			
EDITORIA			
<input checked="" type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida		Outros	
<input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia			
DATA	17/01/2019	PÁG.	3 <input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

# Mulher que “comia” com prefeito de tramou a morte do secretário

Investigação comandada pelo delegado Guilherme concluiu que, em Cândido Mendes, o prefeito tinha um caso extraconjugal com a esposa do secretário de Saúde e mandou matá-lo assim que a relação foi descoberta.

O assassinato ocorreu no dia 21 de fevereiro de 2014 na estrada que liga Cândido Mendes ao povoado de Águas Belas. Na ocasião, o secretário Romerson Robson estava no mesmo carro com o prefeito Mazinho Leite e a esposa de Robson, Edna Maria Andrade, que hoje é assessora jurídica da prefeitura, para o povoado.

A vítima deixou a esposa e o prefeito no povoado e retornou sozinho para a sede. Naquele ano, os depoimentos apontaram para uma emboscada que seria armada contra o prefeito e que acabaram matando o homem errado. Assim, os anos se passaram e todos ficaram



NEY MOREIRA, EDNA MARIA E O PREFEITO MAZIN: TRAIÇÃO E ASSASSINATO

acreditando nas primeiras versões.

Porém, o caso foi reaberto e ficou constatado que o secretário havia descoberto do caso da mulher dele com o prefeito. Diante do fato, Romerson ameaçou denunciar o prefeito de todas as corrupções que sabia no município. Por essa razão, Mazinho mandou matar o seu

secretário de Saúde.

Foi concluído também que os tiros que mataram o secretário não foram disparados de fora, mas de dentro do carro. Hoje, o delegado Guilherme apresentou Ney Moreira Castro como provável executor. A autoridade policial anunciou a tomada de testemunho do prefeito para esta semana.



ROMERSON, VÍTIMA DA TRAMA





MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso			
<input checked="" type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias			
<input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog			
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida		Outros	
<input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia			
DATA	17/01/2019	PÁG.	8
			<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea
			<input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

# Homem é preso com arma penhorada por PM

Uma operação da Polícia Militar realizada nessa segunda-feira (14), apreendeu uma arma de fogo de uso exclusivo da PM. A arma estava em posse de Marcelo Silva Costa, de 46 anos, que durante depoimento à polícia disse que a pistola foi penhorada pelo policial dono da arma.

Marcelo Silva foi preso em flagrante em sua casa no bairro Coreia de Baixo, em São Luís. Ainda à polícia, o suspeito alegou que de ter penhorado a pistola .40 e o carregador, o PM pediu R\$ 500 reais emprestados. O nome do policial não foi

divulgado.

Ainda de acordo com os policiais militares, o PM que penhorou a arma, teria dito a seus superiores a localização de arma, para que a apreensão fosse realizada. Após a prisão, Marcelo Silva Costa foi conduzido e apresentado e atuado pelo crime de Posse Ilegal de Arma de Fogo de Uso Restrito.

De acordo com a Secretaria de Segurança Pública, o PM suspeito está preso na sede do Comando Geral da Polícia Militar, em São Luís e um inquérito policial e administrativo foi aberto para apurar o caso.



Marcelo Silva foi preso em flagrante





MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

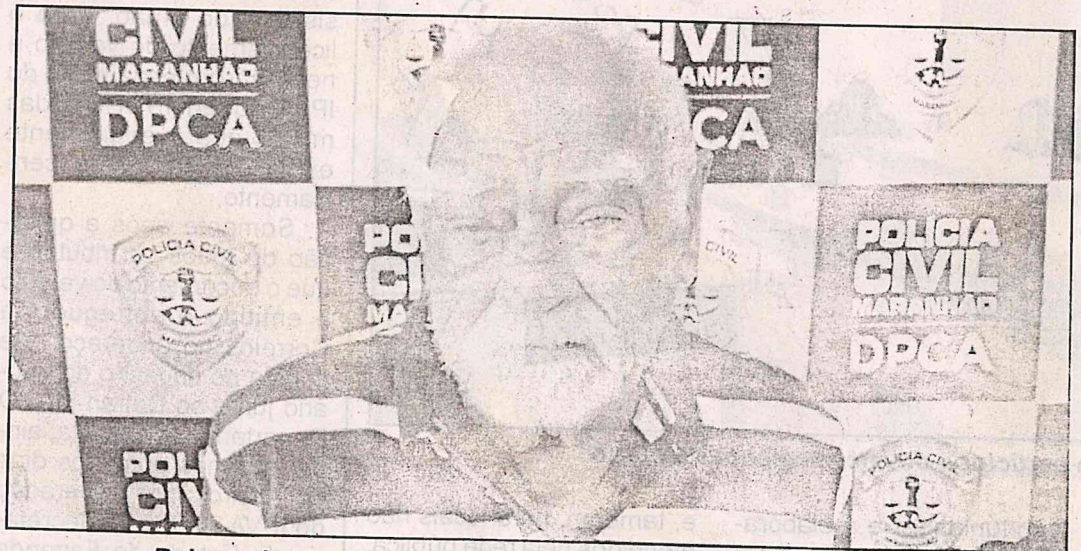
VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso			
<input checked="" type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias			
<input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog			
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida		Outros	
<input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia			
DATA	17/01/2019	PÁG.	8
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea	
		<input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

# Preso idoso que aparece em vídeo abusando criança de 10 anos

Foi preso ontem (16) o idoso identificado como Raimundo Mendes Mouzinho, de 82 anos. O pedido foi fundamentado após divulgação de vídeo pornográfico onde o homem aparece abusando sexualmente de uma menina de 10 anos de idade.

A captura dele foi realizada pela Polícia Civil, através da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA). Após o cumprimento das formalidades legais, o preso foi encaminhado ao Centro de Triagem de Pedrinhas.

Viralizou nas redes sociais no início do mês o vídeo de Raimundo Mendes Mouzinho praticando o abuso sexual. O caso foi filmado em uma casa na Vila Flamengo, em São José de Ribamar. Na DPCA, prestou depoimento a mãe da garota, que disse que não sabia da situação e que só tomou conhecimento por meio da internet. A menina de 10 anos não prestou depoimento para não ser revitimizada.



Raimundo Mendes foi filmado abusando de menina de 10 anos

## Foragido de saída temporária de Natal é capturado

Um jovem identificado como Bruno dos Santos Galeno, de 19 anos, que estava foragido desde a saída temporária de Natal, foi capturado na Vila Redenção, Imperatriz, nesta terça-feira (15) suspeito

de assaltos.

Segundo a equipe do Serviço de Inteligência do 3º Batalhão de Polícia Militar, Bruno Galeno vinha sendo monitorado. Após buscas no bairro, a guarnição identificou o local com a autori-

zação da mãe do foragido.

A polícia entrou na residência e encontrou Galeno em um dos cômodos. Bruno foi encaminhado para a delegacia de Polícia Civil para os devidos procedimentos.





MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
( ) O Estado do MA ( ) O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno ( ) O progresso			
( ) Atos e Fatos ( ) Debate ( ) Extra ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias			
( ) O 4º poder ( ) Internet / Blog			
EDITORIA			
( ) Política ( ) Cidades / Vida		Outros	ESTADO
( ) Geral ( ) Polícia			
DATA	17/01/2019	PÁG.	6
		( ) Gerada ( ) Espontânea	( ) Positiva ( ) Negativa

## Justiça mantém posse de moradores do povoado Apicum da Pindoba

Uma sentença proferida pela Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Comarca da Ilha manteve uma comunidade de moradores e trabalhadores rurais na posse da área do povoado Apicum da Pindoba, no município de Paço do Lumiar. Na mesma sentença, a Justiça condenou o Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (Iterma) a fornecer auxílio técnico para a regularização fundiária a ser promovida pelo Estado do Maranhão. A sentença tem a assinatura do juiz titular Douglas de Melo Martins e determina, ainda, que o Iterma e Estado do Maranhão, no prazo de seis meses, juntem ao processo o cronograma contendo as etapas e respectivas medidas a serem tomadas para o cumprimento da sentença, no prazo de dois anos. O Poder Judiciário estipulou, em caso de descumprimento dos prazos colocados na sentença, a multa diária no valor de R\$ 2 mil, a ser revertida em favor do Fundo Estadual de Direitos Difusos. A

ação civil pública foi ajuizada pela Defensoria Pública do Estado do Maranhão (DPE) contra o Estado do Maranhão, a Enciza Engenharia LTDA, o Instituto de Educação Continuada em Saúde, o Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (Iterma). A DPE formulou como pedido principal que fosse declarada a aptidão das famílias de moradores/trabalhadores rurais em usucapir as terras por si ocupadas na região conhecida como Apicum da Pindoba, mantendo-se em definitivo a posse das mesmas. "Impõe-se a condenação do Iterma em obrigação de fazer, consistente no fornecimento de auxílio técnico para a regularização fundiária a ser promovida pela comunidade; para o caso de não reconhecimento da aptidão de usucapir, acima referida, sejam o Estado do Maranhão e o Iterma condenados a procederem, no prazo fixado em sentença, a regularização fundiária das glebas ocupadas pela comunidade,

mantendo-se também definitivamente a posse, até a concessão de títulos individuais ou coletivos em favor dos seus moradores/trabalhadores rurais, que ocupam há mais de duas décadas aquelas áreas", requereu a autora.

### AMEAÇAS

A Defensoria narrou que pessoas desconhecidas, que se negavam a identificar o responsável e a finalidade da atividade censitária, realizariam cadastramento de moradores/trabalhadores rurais do povoado Apicum da Pindoba, localizado na zona rural de Paço do Lumiar. Acrescenta que, enquanto ainda se tentava identificar os autores do censo, a comunidade voltou a ser surpreendida, desta vez pela presença de um grupo de homens fortemente armados, que passaram a transitar pelo povoado e a atemorizar seus moradores/trabalhadores rurais com ameaças de expulsão. Sobre este episódio, a Polícia Militar frustrou a

investida contra o povoado e possibilitou a identificação das empresas Enciza Engenharia e o Instituto de Educação Continuada em Saúde, como proprietárias da área em questão, e que existe, ainda, um processo administrativo de regularização fundiária do ano de 1997, tendo como requerente uma particular. O Estado do Maranhão argumentou sobre a necessidade de denunciar a questão ao município de Paço do Lumiar. O Instituto de Educação Continuada em Saúde e a Enciza apresentaram contestação, argumentando que a demandada é legítima proprietária de área encravada na localidade Apicum da Pindoba, e que o direito de propriedade é um direito individual e como todo direito individual é uma cláusula pétrea. O Ministério Público Estadual opinou pela procedência da ação para que seja declarado usucapião, individual ou coletivamente, em favor das famílias nela assentadas na área Apicum da Pindoba.